

CABO VERDE: UM DESAFIO TEÓRICO-PARADIGMÁTICO OU UM CASO SINGULAR?¹



«...e di nós mô parsi morabeza»²

Odair Bartolomeu Barros Lopes Varela³

Resumo

Fruto de uma experiência de pesquisa em curso, este pequeno ensaio incide sobre a análise do Estado cabo-verdiano no contexto do «paradigma» hegemónico de catalogação (hierárquica) dos Estados na esfera internacional, que vem progressivamente se revelando como sendo uma abordagem inadequada, principalmente no que diz respeito à catalogação de determinados Estados como sendo «frágeis», «falhados» ou «colapsados». Essa análise permitiu a constatação de que Cabo Verde se apresenta com uma dupla «vantagem»: por um lado, constitui uma prova empírico/conceptual da inadequação do referido «paradigma» e simultaneamente surge, a nosso ver, como um caso excepcional de relativo sucesso que se enquadra numa abordagem normativa inovadora.

Introdução

Pretendemos atestar, neste pequeno ensaio, que o objectivo de assegurar a vigência do sistema estatal ocidental no mundo pós-colonial, tendo como consequência, a proliferação de Estados na sua maioria apelidados de “frágeis”, “falhados” e “colapsados”, está na origem de uma crescente deficiência e limitação analítica e conceptual das realidades da maioria dos Estados pós-coloniais. Isso leva inclusive a

¹ Artigo baseado no Capítulo VI da Dissertação de Mestrado em Sociologia na Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra intitulada: «*Para Além de Vestefália e Cosmópolis: Que Governação para os Estados 'Frágeis', 'Falhados' ou 'Colapsados'?*» (Junho de 2005).

² Na língua cabo-verdiana, pode traduzir-se livremente por «...e das nossas mãos surgiu a morabeza» (N. do A.).

³ Mestre em Sociologia pela Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra.

que situações em que a via estatal endógena constitui e foi o caminho seguido sejam subvertidas, ou distorcidas, ao serem colocadas no mesmo pacote que os restantes Estados. Essa catalogação é legitimada não só pelas principais potências mundiais, mas também pelas próprias instituições internacionais, como é o caso da ONU (Organização das Nações Unidas). Centrando-nos no caso de Cabo Verde, exemplo das referidas situações que pretendemos analisar e apresentar como prova da supra citada limitação analítica, a ONU, nas suas últimas classificações, coloca este país no grupo dos Estados “Débeis”, “Frágeis” e “Falhados”, numa definição que, apesar de considerada limitada por autores como Mariano Aguirre, Tâmara Osorio e Jesús Núñez e da diferença na utilização de conceitos por parte dos analistas, continua a ser utilizada para descrever a maior parte dos Estados pós-coloniais⁴.

O que se pretende com o caso de Cabo Verde é demonstrar também, entre outros móveis, que a generalizada catalogação da maioria dos Estados pós-coloniais como sendo “falhados”, “frágeis” ou “colapsados” é fruto de uma ideia, igualmente generalizada, de que estes Estados sofreram ou sofrem crises políticas (vulgo, guerras civis) e económicas graves. Esta ideia prova a existência de uma tendência, para não dizer uma deficiência crónica e estrutural, nas relações internacionais e por parte dos especialistas na matéria, de privilegiar uma análise generalista desses fenómenos mediante a utilização de critérios uniformes, negligenciando a análise específica de cada caso. Esta, como vamos ver mediante o caso de Cabo Verde, revela-se muito mais eficaz, superando e pondo em causa o enquadramento feito pela tipologia de estudo tradicional e/ou vigente.

⁴ Osório, Tamara; Aguirre, Mariano e Núñez, Jesús (1999); *Estados Frágiles, Ruptura de Equilíbrios y Exclusión*, MSF (Médicos Sin Fronteras), Madrid.

1. A Construção do Estado: Génese, Contrastes e Prospectivas

Concordamos com António Leão Correia e Silva quando defende que as raízes da actual configuração do Estado cabo-verdiano remontam ao final do período colonial, mais concretamente a partir de 1968. O «Estado Colonial», que até então tinha tido uma intervenção residual na sociedade cabo-verdiana, passou a ser o principal agente de regulação social, sendo apelidado, por Silva, de «Estado Tardo-Colonial»⁵. Essa mudança prende-se essencialmente com a tentativa de o Estado imperial português, que entretanto passou a ser liderado por Marcello Caetano, de legitimar o «Estado Colonial» num contexto externo de fortes pressões anti-coloniais e devido ao surgimento do PAIGC (Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde), um Partido que estava lutando pela independência do arquipélago, com o fito de fazer face ao perigo da «balança dos apoios sociais pender para o lado dos independentistas»⁶.

Efectivamente, só o objectivo fundamental de «legitimação interna e externa da própria relação colonial» é que explica, de acordo com a hipótese avançada no estudo integrado por Silva, o dispêndio por parte do Estado imperial português de recursos financeiros para o «Estado Colonial», já que este não os dispunha para desempenhar o papel de agente de regulação social. Isso leva a que o Estado herdado após a independência tenha uma «economia extrovertida» na qual «os rendimentos captados advém não do desempenho da sua estrutura produtiva mas sim de uma renda de origem externa, resultante da situação política»⁷.

Contudo, e de forma paradoxal, a expansão do Estado Colonial acaba por ter um efeito contraproducente, ou seja, está na génese da queda da própria relação colonial. O crescimento da administração pública, motivado por tal expansão, leva a que as orlas

⁵ Silva, António Leão Correia; “O Nascimento do Leviatã Crioulo: Esboços de uma Sociologia Política”, *Caderno de Estudos Africanos*, CEA, ISCTE, Nº 1, Julho/Dezembro 2001, p. 5.

⁶ Silva (2001), *idem*, p. 5.

⁷ Silva (2001), *idem*, p. 5-7.

menos pobres do campesinato invistam na educação académica como forma de assegurar as vantagens que advinham do facto de se pertencer aos quadros estatais e isso, por sua vez, provoca o crescimento da pequena burguesia burocrática. São os elementos desta pequena classe que vão compor a ala cabo-verdiana de PAIGC que vai conseguir a independência do arquipélago⁸. A sua integração neste Partido, ao contrário do que possa parecer, não é surpresa na medida em que o «nacionalismo, base doutrinal da reivindicação da independência ‘total e imediata’» por parte do PAIGC, também «dá voz à ambição pequeno-burguesa de ascender à direcção do Estado»⁹.

Após a independência, o Estado nacional ou pós-colonial em vez de um corte radical com o carácter assistencial do «Estado Tardo Colonial», apenas reconverte e acentua essa característica apesar de as motivações serem completamente distintas. Ou seja, tendo em vista a inexistência de capacidade produtiva do país, que não conheceu investimentos significativos por parte da ex-metrópole, era urgente para a nova classe governante garantir a curto e médio prazo a sobrevivência física dos nacionais e, posteriormente, fazer investimentos a longo prazo. Essas razões sociais, mais do que ideológicas, levaram a que o Estado se dotasse de «funções sociais e económicas maximalistas»¹⁰. Face a esse cunho distinto do Estado pós-colonial cabo-verdiano, Silva afirma que o quadro histórico de construção do Estado em Cabo Verde é «propício à emergência de doutrinas *hobbesianas* de legitimação. Segundo elas, os cabo-verdianos deviam abdicar voluntária e conscientemente das suas prerrogativas de liberdade (de

⁸ Sobre o papel dessa classe no PAIGC, cf., entre outros, Koudawo, Fafali (2001); «Militares e Civis Face ao Poder Político em Cabo Verde e Na Guiné-Bissau», *Direito e Cidadania*, Praia, Ano IV, Nº 10/11, 2001.

⁹ Silva (2001), *idem*, p. 8. Para uma análise mais profunda da dinâmica social que está no cerne do crescimento da burguesia burocrática, cf., entre outros, Silva (2001), *idem*.

¹⁰ Silva (2001), *idem*, p. 2-10.

associação, expressão, organização, etc.) em favor de um Partido e um Estado submissores, mas que, em troca, lhes daria segurança material»¹¹.

Curiosamente, vai ser esse referido «aprofundamento-extensão das funções de regulação» que acarreta e arrasta consigo uma «constante complexificação burocrática» que evita, ao contrário do que acontece na maioria dos Estados do continente africano, a patrimonialização do Estado cabo-verdiano. Podemos ver, então, que o processo de estruturação institucional do Estado em Cabo Verde teve na sua base o crescimento da pequena burguesia burocrática ao inverso da maioria dos países africanos onde o Estado pós-colonial, por nunca ter tido uma verdadeira integração institucional nem no período colonial, foi abalroado por ardis neo-patrimoniais de administração, não tendo nunca, por isso, qualquer influência e eficácia significativa na regulação social¹². A posição de Silva vai de encontro a esta visão acerca da especificidade do caso cabo-verdiano tendo em consideração a seguinte afirmação:

«O que no entanto parece ser mais destacável no quadro dos países africanos é que o Estado neste país-arquipélago preserva e aprofunda uma lógica de gestão eminentemente burocrática, no seio da qual vigora a clara separação entre o interesse público e privado. Em consequência, a utilização sistemática dos cargos políticos, como via de enriquecimento privado, encontra aqui uma muito limitada expressão. Ao nosso ver, aliás, dificilmente se pode assimilar o Estado em Cabo Verde às categorias de Estado prebendário ou neo-patrimonialista»¹³.

Uma segunda hipótese avançada por Silva é que o Estado cabo-verdiano foi obrigado, pelas dinâmicas sociais do período pós-independência, a se tornar num órgão fundamental de intervenção social, ao contrário do que aconteceu em boa parte do continente africano, tornando-se óbvio que, para realizar plenamente esta função e para

¹¹ Silva (2001), *idem*, p. 2-10.

¹² Sobre a realidade específica de vários Estados nomeadamente da África subsariana, cf., entre outros, Varela (2005), Arrieta (2001), Bain (2001), Duffield (2001), Holm (2000), Ayoob (1996), Clapham (1996), Deng (1996), Jackson (1990)

¹³ Silva (2001), *idem*, p. 3-4.

garantir o cumprimento dos objectivos acima referidos, tivesse de recorrer aos recursos financeiros vindos do exterior. A principal diferença e relação com o regime anterior prende-se com o facto de as transferências financeiras serem originárias da cooperação internacional e das organizações internacionais, visando não só a sobrevivência do país mas também a sua auto-sustenção a longo prazo, sendo esta aliás a maior preocupação do momento em Cabo Verde.

Antes de nos debruçarmos sobre a importância que a política externa do Estado vai ter na prossecução destes objectivos, o que motiva um grande cuidado na sua elaboração e implementação, vamos de seguida tentar dissecar o processo de composição institucional e material do Estado cabo-verdiano.

1.1.1. O Processo de Estruturação Institucional do Estado

Poderíamos começar por argumentar que uma das razões por que Cabo Verde não deve ser colocado no mesmo conjunto da maioria dos Estados pós-coloniais prende-se com o facto de, ao contrário deles, não ter havido conflitos violentos entre os grupos rivais que lutavam pela independência do país, como ocorreu, por exemplo, em Angola e Moçambique. Tal facto, teria, assim, contribuído, decisivamente, para que não houvesse no período pós-independência o desencadear de uma guerra civil tal como ocorreu nos Estados citados, factor que é apontado como uma das principais causas do falhanço, colapso ou fragilidade estatal, apesar de não ser um factor incondicional¹⁴.

De facto, por ser o PAIGC «senhor absoluto no arquipélago», com a ONU e a OUA (Organização da Unidade Africana) a reconhecerem e escolherem este partido, nas palavras do primeiro chefe de governo na era pós-independência, Pedro Pires, como o único «representante legítimo do povo de Cabo Verde», levando em consideração que,

¹⁴ Sobre esta questão, cf. Varela (2005), *idem*.

para todos os efeitos, foi a única organização que efectivamente lutou pela independência, a influência de grupos como o UPICV (União dos Povos da Ilhas de Cabo Verde) e UDC (União Democrática de Cabo Verde) acabou por ser muito residual¹⁵. Desta forma, a transição para independência foi relativamente pacífica, com o governo de transição saído dos acordos de Lisboa de 19 de Dezembro de 1974 a ter a incumbência de promover a realização da eleição de «uma assembleia representativa do povo de Cabo Verde, dotada de poderes soberanos e constituintes (...)» que teve «(...) por função declarar a independência do Estado de Cabo Verde e elaborar a futura constituição desse Estado»¹⁶. A realização das eleições para a Assembleia Nacional Popular ocorreu a 30 de Junho de 1975, com o PAIGC a ser o único partido autorizado a concorrer, admitindo-se, no entanto, a participação de candidatos independentes, e a independência de Cabo Verde é proclamada a 5 de Julho de 1975.

Porém, não vamos utilizar o referido argumento por consideramos que não foram esses factores que impediram a existência de uma guerra civil em Cabo Verde após a independência e, por consequência, que se tornasse num Estado “frágil”, “falhado” ou “colapsado”. Em primeiro lugar porque existem casos em que não houve conflitos violentos antes da independência, tendo a transição sido feita de modo relativamente pacífica, mas que posteriormente desembocaram em guerras civis fratricidas, como aconteceu em algumas ex-colónias francesas e inglesas. Em segundo lugar porque, para além de a utilização de tal argumento não pôr em causa o quadro de análise aqui contestado, figurando assim o caso de Cabo Verde como uma mera excepção, ela iria de encontro à tese que defende que, o facto de não ter havido «luta armada» em Cabo Verde, tanto entre os colonialistas e os grupos resistentes como estes entre si, mostrar que a relação colonial foi pacífica. Desta forma, essa tese faz “tábua

¹⁵ Pires, Pedro; citado por: Lopes, José Vicente (2002); *Os Bastidores da Independência*, Spleen Edições, Praia, p. 404-6.

¹⁶ Lopes (2002), *idem*, p. 407.

rasa” das consequências negativas da ocupação colonial mediante uma interpretação distorcida do conceito de «luta armada». Enquadrando-se na nossa visão, Aristides Pereira, o primeiro Presidente da República de Cabo Verde, considera incorrecta a leitura de que a ausência de «luta armada» constitui a evidência de existência de um clima pacífico na época colonial, acrescentando que «a dominação colonial sempre se caracterizou pela sua extrema violência, conseqüentemente, pela força das armas, que nesta altura, só estavam nas mãos das forças colonialistas. Que o digam os militantes resistentes em Cabo Verde»¹⁷. Vale a pena referir que a luta armada ou confronto militar entre o exército português e os combatentes do PAIGC só não ocorreu por opção estratégica do líder do partido, Amílcar Cabral. Fundamentalmente, este considerava que as condições geográficas do território não eram propícias ao desembarque e infiltração de guerrilheiros por causa, por exemplo, da inexistência de matas ou florestas densas e extensas que possibilitassem “operações de guerrilha” como acontecia na Guiné Bissau. Assim, em vez de pôr em risco várias vidas humanas de forma inútil, o PAIGC optou por reforçar a estrutura clandestina em Cabo Verde cujo objectivo fundamental era de engendrar uma «militância política no sentido de se criar uma organização clandestina, estruturada e conspirativa (...)»¹⁸. Ou seja, apesar de a não realização da luta armada, «a grande mobilização efectuada pelos militantes da clandestinidade reforçou a consciencialização para a luta contra o colonialismo e funcionou mais tarde como um fiel depositário da adesão do grosso dos caboverdeanos à causa da emancipação nacional, o que veio a revelar-se profícuo com o advento da independência de cabo Verde»¹⁹.

¹⁷ Pereira, Aristides (2002); *Guiné-Bissau e Cabo Verde: Uma Luta, Um Partido, Dois Países*, Editorial Notícias, Lisboa, p. 270.

¹⁸ Pereira (2002), *idem*, p. 166

¹⁹ Pereira (2002), *idem*, p. 171.

Outro fundamento geralmente utilizado por alguns autores para justificar a inexistência de conflitos violentos antes e após a independência em Cabo Verde é a alegada relativa homogeneidade étnica do país. Efectivamente, a partir do século XVIII a decadência económica do território leva a que o país fosse abandonado pela metrópole e que, deixando ter presença física do elemento europeu que já era pouco expressivo, os elementos da cultura cabo-verdiana começassem a ganhar forma e a ter um corpo próprio, autónomo. Por condicionalismos históricos e culturais, ao contrário das restantes ex-colónias portuguesas, «foram os negros e os mulatos responsáveis pela estruturação da sociedade» caboverdeana, explicando de certo modo, o facto de Cabo Verde ser uma nação mestiça, a nível étnico e cultural»²⁰. Isso leva um desses autores a afirmar que «Cabo Verde é um dos raros países africanos que não tem problemas tribais ou nacionais», sendo este país «uma nação que existiu antes de ser Estado o que explica, de alguma forma, a inexistência de grandes conflitos políticos e ideológicos durante o período de partido único e, posteriormente, durante o processo de mutação democrática»²¹. Não concordamos com esse argumento por considerarmos que a heterogeneidade ou diversidade étnica existente num qualquer Estado não torna este um candidato mais ou menos susceptível de enfrentar uma guerra civil, tal como a homogeneidade ou a afinidade étnica presente num dado Estado não garante o sucesso do mesmo, e nem o previne de ter uma guerra civil como prova o caso, por exemplo, da Somália²².

Do nosso ponto de vista, o relativo sucesso do Estado pós-colonial cabo-verdiano prende-se principalmente com o facto de a solução estatal se ter mostrado, tal

²⁰ Varela, Tomé Raul e Pereira, Daniel; citados por: Araújo, Raul C. (2000); *Os Sistemas de Governo de Transição Democrática nos PALOP*, Boletim da Faculdade de Direito N° 53, Coimbra Editora, Coimbra. Sobre a questão da identidade caboverdeana, cf., entre outros: Fernandes, Gabriel (2002); *A Diluição da África: Uma Interpretação da Saga Identitária Cabo-Verdiana No Panorama Político (Pós) Colonial*, Editora da UFSC, Florianópolis, 2002.

²¹ Araújo (2000), *idem*.

²² Para um maior aprofundamento explicativo, cf., entre outros, Varela (2005), *idem*.

como noutros casos, como a melhor via a seguir. No entanto, essa escolha (ou caminho) tem de ser completamente autónoma e motivada por factores maioritariamente endógenos e não fruto de modelos estatais importados do exterior. A endogeneidade do caso de Cabo Verde prova-se pelo facto de «independentemente da origem da designação e da sua aplicação nos chamados países de orientação socialista, o que em Cabo verde se chamou de democracia nacional revolucionária, é um regime político que se distingue nitidamente tanto das democracias liberais como dos regimes políticos dos antigos países socialistas»²³. De facto, se reportarmos apenas ao desenho formal do regime implantado em Cabo Verde após a independência, as conclusões práticas serão inevitavelmente erróneas. Efectivamente, de acordo com a 1ª Constituição aprovada em Setembro de 1980 pela Assembleia Nacional, «Cabo Verde, após a independência, adoptou um ideal político e uma constituição semelhante aos outros PALOP» nos seguintes aspectos: ao se posicionar como uma «república soberana, democrática, laica, ideológica, unitária, anti-colonialista e anti-imperialista» (art. 1), residindo a «soberania nacional no povo» (art. 2); ao ser «um Estado de democracia nacional revolucionária, fundado na unidade nacional e na efectiva participação popular no desempenho, controlo e direcção das actividades públicas e orientado para a construção de uma sociedade liberta da exploração do homem pelo homem» (art. 3); pelo facto do PAIGC ser a «força política dirigente da sociedade e do Estado» (art. 4); e por estipular que a economia nacional seria regida pelo «princípio da direcção e planificação estatais» (art. 12)²⁴.

Raul C. Araújo, com base em Georges Bordeau, considera a 1ª Constituição cabo-verdiana como sendo de inspiração socialista, por apresentar elementos estruturantes das constituições dos Estados socialistas como, por exemplo, a

²³ Lima, Aristides R. (1991); *Reforma Política em Cabo Verde: Do Paternalismo à Modernização do Estado*, Edição do Autor, Fundação Friedrich Elbert, Praia.

²⁴ Araújo (2000), *idem*, p. 49.

consagração do partido político «dirigente». De forma geral, ele caracteriza esta Constituição da seguinte maneira²⁵:

A. O poder do Estado é monista, estando os poderes executivo e judicial subordinados ao legislativo que, por sua vez, está subordinado ao «partido dirigente». Constitui uma estrutura vertical do poder que tinha no seu vértice o «Partido-Estado». Esta constituição consagrava a unidade do poder, concentrando-se na assembleia representativa (Parlamento) todos os poderes soberanos, existindo unicamente uma mera separação organizacional e funcional de funções, com o parlamento, o governo e os tribunais a exercerem cada um as suas funções mas com uma subordinação dos órgãos executivos e judiciais ao Parlamento. Este aparece como «o órgão supremo do poder do Estado. Ele decide sobre as questões fundamentais da política interna e externa do Estado e organiza e controla a aplicação da linha política, económica, social e de defesa, definida pelo PAIGC» (art.46)²⁶. Essa visão vai contra à de Jacques Cadart que considera que a unidade de poder que existe nas constituições socialistas se enquadra no que ele denomina de «sistema de confusão de poderes». Este “sistema” é encontrado nos regimes autoritários, nomeadamente nas suas formas antigas (a monarquia absoluta e a teocracia) e nas formas contemporâneas – as «ditaduras totalitárias (regimes totalitários, comunistas ou fascistas)»²⁷.

²⁵ Bordeau, Georges (1980) ; «Droit Constitutionnel et Institutions Politiques», *Librairie Generale de Droit et de Jurisprudência*, Paris ; citado por: Araújo (2000), idem.

²⁶ «Era a concepção monista do poder que fundamentava (e serve ainda de fundamento) às constituições socialistas que tiveram na Carta Constitucional de França de 1793 a sua base referencial. No decurso da Revolução Francesa iniciada em 1789, os jacobinos, através de uma insurreição popular, tomaram o poder e aprovam a 24 de Junho de 1793, uma constituição republicana, que tinha uma concepção monista do poder, tal como defendida por Jean Jacques Rousseau», in Araújo (2000), idem.

²⁷ Cadart, Jacques (1979) ; *Institutions Politiques et Droit Constitutionnel*, Tomo 1, Paris, pág. 389 ss; citado por Araújo (2000), idem.

B. Na sequência do «papel dirigente» do partido sobre o Estado e a sociedade, os principais dirigentes do Estado eram indicados pelo respectivo partido «dirigente», que, geralmente, acumulavam as funções partidárias e estaduais.

C. Nesta Constituição se define que a soberania reside no povo, entendido este como «proletariado ou conjunto dos trabalhadores da cidade e do campo ou, mas só depois de eliminadas as classes, o conjunto de todo o povo», ao contrário do que se entende por Estado de direito, onde o povo é uma «comunidade juridicamente definida de cidadãos, independentemente da sua classe ou situação económica».

D. A forma do governo podia ser enquadrada na tipologia de governo leninista, segundo Jorge Miranda, ou das democracias populares, na definição de Georges Bordeau²⁸.

Saindo, contudo, desse desenho formal ou constitucional, a definição prática da forma do regime político antes da 3ª revisão constitucional de 1990, encerrou algumas dificuldades para os teóricos, como é o caso de Jorge Miranda que, perante tamanha singularidade, a apelidou de «um semi-presidencialismo *sui generis*» ou de Luís Mendonça que a apelidou de «parlamentarismo sem modelo», «um sistema de partido único articulado com um parlamentarismo original, fora dos cânones consagrados e das teorias construídas a partir das realidades europeias»²⁹. Desta forma, o figurino após a independência do Estado cabo-verdiano distancia-se das suas congéneres africanas que construíram regimes presidencialistas de cariz “absolutista” na qual o cargo de 1º Ministro é sucessivamente suprimido. Neste Estado, nunca nenhuma personalidade política deteve sozinha os recursos político-administrativos (existindo uma separação nítida dos poderes do Parlamento, Governo e Presidente), situação que se acentuou ao

²⁸ Araújo (2000), *idem*.

²⁹ Lima (1991), *idem* p. 11-12.

longo do período pós-independência, contribuindo para que a abertura política em 1990, tivesse sido um processo pacífico, ao contrário do que aconteceu em muitas outras realidades.

De forma antagônica ao que aconteceu em Cabo Verde, em muitos outros países, como na América Latina ou na África subsariana, o Partido Único foi essencialmente instrumento de formação e enformação da nação, ou seja, utilizado para remover os obstáculos à criação do Estado-nação, tendo a conivência da sociedade internacional e do próprio Direito Internacional, acabando por deixar de ser Partido Único para se tornar Totalitário. Em Cabo Verde, não obstante o argumento ideológico (de inspiração Marxista-Leninista) ter pesado no processo de estruturação e institucionalização do Partido-Estado, a dinâmica social obrigou sempre a classe dirigente, que provinha do Partido, a governar segundo as necessidades da população que, por exemplo, quando não se reviu mais no modelo pressionou no sentido da sua reforma em 1990³⁰. A questão que se impõe neste momento é a de saber o porquê da aquiescência por parte da classe dirigente às pressões ou indicações provenientes da sociedade ou às dinâmicas sociais. Qual era a natureza dessa classe que o tornava umbilicalmente ligado à realidade que o rodeava, ao contrário do que aconteceu em muitos outros casos?

1.1.2. Uma Classe Política *Sui Generis*

Como já havíamos referido anteriormente, são os elementos da pequena classe burguesa burocrática que vão compor a ala eminentemente política e cabo-verdiana do PAIGC, partido que vai conseguir a independência do país-arquipélago. Curiosamente, a classe dirigente do Estado em Cabo Verde, no período pós independência, foi

³⁰ Silveira, Onésimo (1998), *Cabo Verde: Do Partido-Estado ao Partido do Estado, Direito e Cidadania*, Ano II, Nº 3, 1998, p. 153. Para um olhar mais profundo sobre a alegada cumplicidade do Direito Internacional sobre as tentativas sanguinárias de aniquilar as diversas sensibilidades políticas e culturais presentes em várias realidades visando a homogeneização político-territorial, cf., entre outros, Okafor (2001), *idem*.

composta, na sua maioria, por elementos que integravam a ala ou a direcção política do PAIGC. É de referir que na Guiné Bissau, no período da luta armada, este partido encontrava-se dividido entre uma liderança política, composta essencialmente por cabo-verdianos, entre eles Amílcar Cabral, Aristides Pereira e Pedro Pires, e por uma liderança militar constituída, principalmente por guineenses. É de referir igualmente que foram os guineenses que suportaram os custos materiais da guerra (vulgo, vidas), uma vez que o número de militares cabo-verdianos era residual, não ultrapassando uma centena.

Daí que, ao contrário do que aconteceu na Guiné Bissau e em outros países africanos, o Estado cabo-verdiano não teve de «assumir a totalidade da herança da luta de libertação política», ou seja, apesar de ter obtido a sua independência mediante uma guerra de libertação, «manteve constantemente uma distância em relação à herança militar deste episódio histórico»³¹. Esta distanciação, facilitada por condições históricas e pela situação geo-estratégica, permitiu o predomínio do poder civil sobre o poder militar e o respeito pelo pensamento de Cabral, cuja *praxis* durante a luta foi sempre a da «subordinação do exército à arma da política»³². Pelo contrário, na Guiné Bissau a influência da pesada herança militar levou alguns líderes militares a subverter o pensamento cabraliano, vendo o poder militar como um “fim” e não apenas como “meio” de atingir a independência. Isso levou a que «o facto da independência ter sido conquistada pelas armas (...)» significasse, «(...) por inferência silogística, que o poder político, tendo saído desta independência», tenha sido «(...) conquistado pelas armas. Da independência por meio das armas, passou-se ao poder por meio das armas»³³.

Podemos afirmar então, que o referido crescimento da pequena burguesia burocrática e a grande influência e presença dos seus elementos na direcção política do

³¹ Koudawo (2001), *idem*, p. 304.

³² Koudawo (2001), *idem*, p. 307.

³³ Koudawo (2001), *idem*, p. 307.

Estado cabo-verdeano levam a que «as virtualidades acentuadamente autoritárias» da definição jurídica-política do Partido Único tenham sido «limitadas e subvertidas, em favor da «imperiosa necessidade de manter uma administração performante»³⁴. Os principais dirigentes cabo-verdianos, perante o facto de o continente africano, tal como outros lugares, estar impregnado de «modelos ideológicos estranhos» à sua realidade, se mostraram fiéis à doutrina de Amílcar Cabral que alertava para os perigos que a importação desses modelos poderia encerrar. Evidenciando essa postura, o primeiro chefe de governo cabo-verdiano, Pedro Pires, dirigindo-se a certos sectores do PAIGC da época, afirmou ser «errada a atitude de certas pessoas de tomarem exemplos estrangeiros, de tomarem citações fora da nossa realidade, e não se dedicarem ao estudo sério e profundo, de uma revolução às nossas portas. Temos de voltar à nossa terra, voltar ao nosso Partido, voltar à nossa experiência revolucionária. Nós não acreditamos que santos de casa não fazem milagres. O milagre de Cabo Verde fizemo-lo nós». Para evitar o “perigoso” jogo da Guerra Fria, Pedro Pires considera que foi fundamental pôr fim «a um certo verbalismo político em voga, uma vez que Cabo Verde não estava sozinho no mundo e que, para sobreviver, necessitava do apoio dos países tidos como imperialistas ou neocolonialistas, os alvos preferenciais dos ultra-revolucionários», não sendo possível, desta forma, que o PAIGC se afirmasse como um partido marxista-leninista, mas que seguisse «uma política extremamente cautelosa» contrariando todas as correntes, fossem elas trotskista ou maoísta»³⁵. O antigo Presidente da República de Cabo Verde, Aristides Pereira, corrobora essa visão singular do PAIGC, ao afirmar que «o PAIGC foi sempre uma organização diferente dos outros movimentos de libertação. Fomos sempre muito mais cautelosos e realistas. Sempre partimos do seguinte

³⁴ Silva (2001), *idem*, p. 10.

³⁵ Pires, Pedro; citado por: Lopes (2002), *idem*, p. 472.

pressuposto: temos objectivos e, para lá chegarmos, precisamos de tempo. Mas também não nego que nós éramos a altamente influenciados pelas ideias socialistas»³⁶.

Todavia, isso não significou a aniquilação das referidas correntes, antes pelo contrário, na medida em que essa pluralidade de ideias contribuiu para que o processo político cabo-verdiano tivesse, nas palavras de um dos dirigentes estatais na altura, Corsino Tolentino, «uma espécie de massa crítica que não havia na Guiné», «(...) onde a influência soviética e a tendência de se resolver tudo pela força imperavam de forma mais visível»³⁷.

Resumindo, no contexto do confronto bipolar, a classe dirigente mostrou-se consciente de que a solução não se encontrava nem a Leste, nem a Ocidente, mas sim em Cabo Verde. Na nossa perspectiva, a adopção dessa postura foi crucial para o sucesso, a todos títulos notável, do trabalho posteriormente realizado pelo Estado, tendo em conta o grau de exploração colonial a que o arquipélago esteve sujeito que, nas palavras de um jornalista português, tinha sido «absoluta», acrescentando que «tinha sido ‘desertado’ em virtude da acção combinada do ‘colonialismo mais feroz’ e da ‘brutidão da seca’»³⁸. Segundo o Ministro das Finanças da época, Amaro da Luz, alguns especialistas, ao analisarem os dados macro-económicos de Cabo Verde, concluíram que aquele país não tinha hipótese de sobreviver mais de seis meses após a independência, chegando a dizer que ia ser devolvido a Portugal³⁹. Esse relativo sucesso, leva o grande historiador inglês, Basil Davidson, a firmar o seguinte:

«Eis um povo africano que encontrou os caminhos da sua salvação, que mostrou como é possível desafiar e ultrapassar a mais empobrecida e desesperada das heranças coloniais e que até agora soube contrariar a previsão do fracasso. Eis aqui um povo cuja

³⁶ Pereira, Aristides; citado por: Lopes (2002), idem, p. 473.

³⁷ Tolentino, Corsino; citado por: Lopes (2002), idem, p. 577.

³⁸ Amorim, António; citado por: Lopes (2002), idem, p. 470.

³⁹ Luz, Amaro; citado por: Lopes (2002), idem, p. 484.

experiência outros povos deverão conhecer». «Eis aqui um país que tem soluções concretas para uma comunidade pós-colonial»⁴⁰.

1.2.3. A Política Externa Caboverdeana: O Cultivo de Uma «Cultura de Paz»

Após a independência esperava-se, à semelhança do que ocorreu em outros Estados em África, que a perspectivação e orientação da política externa de Cabo Verde viesse a ser dominada pelos pressupostos filosóficos e na prática diplomática do Movimento de Libertação Nacional, o PAIGC, tendo em consideração que este se tornou no partido dirigente do Estado. Daí a comum asserção de que «as linhas mestras da política externa de Cabo Verde não nasceram com a ascensão do país ao concerto das nações» já que os princípios que formalmente «as nortearam coincidiam, quase na íntegra, com os princípios que guiaram o PAIGC» durante a luta de libertação⁴¹.

Contudo, o Estado cabo-verdiano passou a ter relações externas diferentes das preconizadas ideologicamente e realizadas pelo Partido, que se baseavam nas alianças provenientes da luta de libertação nacional, existindo um visível predomínio (e separação) dos interesses do Estado ou do país sobre os interesses do Partido. Isso deveu-se ao facto de a captação da ajuda e da cooperação internacional, visando a consolidação da independência e progresso do país, ter passado a constituir um dos pilares fundamentais da política externa. Daí que Cabo Verde tenha procurado construir uma imagem política de Estado independente que fosse aceitável internacionalmente. Abílio Duarte, Ministro dos Negócios Estrangeiros nos primeiros cinco anos de independência, testemunha essa situação ao considerar que, «para além de quaisquer

⁴⁰ Davidson, Basil (1988); *As Ilhas Afortunadas*, Instituto Caboverdeano do Livro (ICL), Praia, 1988, p. 227-232.

⁴¹ *Um País Pequeno num Mundo em Transformação: Balanço de Quinze Anos de Diplomacia Caboverdeana (1975-1990)*, Ministério dos Negócios Estrangeiros, Praia, Janeiro 1991.

motivações de ordem política ou ideológica, a nossa postura é de que não se podia de maneira nenhuma nivelar a política externa do Estado com a do Partido, não obstante as convergências possíveis»⁴².

Esse realismo (no sentido prático e não no sentido ideológico do termo) e a flexibilidade na implantação da política externa do novo Estado, devido à existência de emigrantes espalhados pelo mundo e devido ao imperativo do progresso e da fragilidade da economia cabo-verdiana, que tornava o país dependente da cooperação e solidariedade internacionais, ou seja, de fontes de financiamentos externos, levou a que, desde a independência, Cabo Verde optasse pela diversificação das suas relações internacionais. Em virtude disso, o país concluiu acordos bilaterais de cooperação com países da Europa Ocidental, do Leste, do Golfo Pérsico, da Ásia e das Américas. A nível multilateral, passa a fazer parte da ONU, OUA, Movimento dos Não-Alinhados, Convenção de Lomé, CEDEAO (Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental), CILSS (Conferencia Inter-Estados da Luta contra a Seca no Sahel), BAD (Banco Africano de Desenvolvimento), BADEA (Arabic Bank for Economic Development in Africa), CNUCED (Conferência das Nações Unidas para o Comércio e Desenvolvimento), G77, etc.⁴³.

Na nossa perspectiva, o que suporta esta configuração do Estado cabo-verdiano e da sua política externa, nas palavras de Renato Cardoso, antigo Secretário de Estado da Administração Pública, foi a nítida «opção por uma política de paz»⁴⁴. De acordo com este autor, os fundamentos da opção inequívoca por uma política de paz por parte dos governantes cabo-verdianos após a independência têm como base a análise de que,

⁴² Duarte, Abílio; citado por: Lopes (2002), *idem*, p. 475.

⁴³ *Um País Pequeno num Mundo em Transformação: Balanço de Quinze Anos de Diplomacia Caboverdeana (1975-1990)*, *idem*.

⁴⁴ Cardoso, Renato (1986); *Cabo Verde: Opção Para Uma Política de Paz*, ICL, Coleção Estudos e Ensaio, 1986, 11-78.

apesar de reconhecerem a importância do poder como «elemento fundamental das relações internacionais», na altura, se recusaram «a aceitá-lo como a melhor via para conduzir a humanidade à paz, segurança e bem-estar». Esta análise recusou, igualmente, a asserção de que o comportamento de pequenos Estados na cena internacional deve caracterizar-se pelo fatalismo ou imobilismo e pelo princípio de que os problemas destes Estados devam ser «tratados pelas potências mundiais ou segundo os seus ditames»⁴⁵.

No que diz respeito à comum asserção de que os pequenos Estados estão vocacionados para uma política de paz, Cardoso considera-a completamente errónea na medida em que o termo “vocação”, no seu sentido corrente de “chamamento”, apelo “convite” ou “destino”, «sugere e sublinha a importância de factores portadores de inevitabilidade e de predeterminação». Situado no contexto da Guerra Fria, ele entende que esse termo falseia «profundamente as condições políticas em que países pequenos e pobres, mormente se são ilhas, são obrigados a mover-se na política internacional», tendo em vista que não existe nada na sua natureza que os conduza de modo intrínseco a uma opção de paz. Pelo contrário, defende que a experiência «prova que é mais fácil encontrar parceiros poderosos interessados em se servir dos pequenos para sua própria estratégia de poder e confrontação»⁴⁶. A posição de Cardoso é acertada na medida em que, tanto no contexto do confronto bipolar como actualmente, «o uso que tem sido dado às ilhas estrategicamente situadas recomenda menos a aceitação da ideia de uma vocação para a paz» do que o contrário.

As razões essenciais que levaram o Estado cabo-verdiano a optar por uma «cultura da paz» ou por uma «política de paz» são as seguintes:

⁴⁵ Cardoso (1986), *idem*, p. 12-13.

⁴⁶ Cardoso (1986), *idem*, p. 15.

1. O facto de, no contexto da Guerra Fria, a paz ter-se tornado um conceito tão fugaz e os seus princípios tão ilusórios, e ter levado a que os governantes cabo-verdianos estivessem conscientes de que, para o país ter uma paz real e duradoura, era preciso «tenacidade e sacrifícios», ou seja, era preciso uma real opção nesse sentido⁴⁷.

2. Estando num continente marginalizado a nível mundial, Cabo Verde «propõe-se uma política de diálogo e de paz, em primeiro lugar, para a sua própria sobrevivência». Em plena Guerra Fria, «a política de paz torna-se um elemento activo de defesa nacional, de independência» e de não-alinhamento internacional, tornando-se num caso singular no continente africano⁴⁸. Tendo-se tornado independente numa altura em que o confronto bipolar estava no seu clímax, Cabo Verde foi o único das ex-colónias portuguesas que não se posicionou a favor da URSS, adoptando uma postura neutral. Prova disso é o facto de, numa viagem àquele país em Junho de 1975, José Luís Fernandes, um dos acompanhantes do Primeiro-ministro, Pedro Pires, afirmar que «eles só nos ajudariam mediante contrapartidas; compreendemos que, se aceitássemos, entraríamos na Guerra Fria. Eles queriam fazer de Cabo Verde uma base e nós dissemos que não aceitávamos. A visita desiludiu-nos»⁴⁹. Também o Bloco ocidental, ainda antes da independência de Cabo Verde, mostrou interesse na situação geográfica e estratégica do arquipélago quando o General Spínola, Presidente da República Portuguesa, presumivelmente tentou convencer o seu homólogo norte-americano, Richard Nixon, num encontro a 19 de Junho de 1974, da importância estratégica de Cabo Verde para a NATO, esperando em troca ajuda na sua tentativa de impedir a independência daquele país⁵⁰. O facto de ter a política externa mais independente de entre as ex-colónias portuguesas, levou a que Cabo Verde divergisse muitas vezes delas tanto no seio da

⁴⁷ Cardoso (1986), *idem*, p. 13.

⁴⁸ Cardoso (1986), *idem*, p. 13.

⁴⁹ Lopes (2002), *idem*, p. 475.

⁵⁰ Pereira (2002), *idem*, p. 271.

OUA e da ONU, como no movimento dos não-alinhados, tendo Abílio Duarte inclusive afirmado que «teríamos levado Cabo Verde à pedra se fossemos fazer as mesmas besteiras que Angola e Moçambique fizeram. Eles tinham o *background* para fazer o que fizeram. Nós não»⁵¹. Exemplo disso é o facto de o Estado cabo-verdiano ter recusado juntar-se ao grupo de países que aderiram às sanções económicas contra o regime de Pretória em 1986 na medida em que se exigia que Cabo Verde deixasse de permitir a escala de aviões da África do Sul no aeroporto internacional da ilha do Sal, o que custaria ao país, na altura, cerca de 47% das receitas da empresa estatal ASA (Aeroportos e Segurança Aérea) e 41% dos rendimentos da companhia aérea estatal, os TACV (Transportes Aéreos de Cabo Verde), e punha seriamente em causa o equilíbrio financeiro do Estado⁵².

3. Essa política, para além de ser «a única capaz de mobilizar, com sucesso e através do consenso social, os escassos recursos e o povo recém-independente num vasto programa de desenvolvimento económico e social a nível interno», parecia ser também a única capaz de promover a boa vizinhança e a cooperação a nível externo. Prova disso é o facto de, ao integrar as suas posições individuais nas posições africanas e ao promover a defesa dos interesses regionais, Cabo Verde ter dado uma dimensão particularmente valiosa à sua política externa. Neste âmbito, essa opção «constituiu uma condição de progresso».

4. Dar prossecução à ambição do PAIGC que sempre defendeu que «a luta pela independência visava também contribuir de forma eficaz para a construção de um

⁵¹ Lopes (2002), *idem*, p. 476. Ainda na opinião de Duarte, apesar de o país já ter uma política externa independente, após a ruptura com Guiné Bissau em 1981, da qual surgiu o PAICV (Partido Africano para a Independência de Cabo Verde) - fruto da divisão no seio do PAIGC, Cabo Verde continuou a assumir-se «cada vez mais como um Estado pragmático e não alinhado», sendo que para ele, «a diplomacia caboverdeana atingiu a plenitude da sua independência», p. 679.

⁵² Lopes (2002), *idem*, p. 478.

mundo melhor». Cardoso considera então que «essa opção é testemunho de coerência, porque é o cumprimento de uma promessa que fez parte do próprio ideário da luta de libertação e ajudou a legitimá-la perante o mundo». O cumprimento dessa promessa torna-se visível mediante um intenso intercâmbio político e diplomático que leva a que, de desconhecido, Cabo Verde surja como país sério e estável, capaz de equacionar e resolver os seus próprios problemas, defensor da paz e do diálogo entre as nações, um parceiro útil e interlocutor reconhecido da comunidade internacional. Essa participação activa nas instâncias internacionais leva, por exemplo, a que 91% dos investimentos programados no I Plano Nacional de Desenvolvimento de Cabo Verde fossem realizados, demonstrando a confiança dos parceiros internacionais. Podemos afirmar então que «a política de paz e de diálogo constitui o carácter distintivo da existência de Cabo Verde como país independente, uma verdadeira opção»⁵³.

O relativo sucesso de Cabo Verde na implantação da sua «política de paz», mau grado as dificuldades inicialmente encontradas num contexto de confronto bipolar, permitiu à Cabo Verde granjear respeito por parte dos dois blocos em disputa e influência no contexto regional africano, particularmente na condução da política externa das outras ex-colónias portuguesas. Prova disso é que, apesar de ser um país pobre e recém independente, o facto de ter uma política externa impressionantemente diversificada, permitiu-lhe desempenhar um papel importante na resolução de diferendos no continente africano, nomeadamente no processo de paz na África Austral⁵⁴. Para nós, o sinal mais evidente da opção política por uma «cultura de paz» foi a maneira como o Estado cabo-verdiano procedeu à abertura do regime ao multipartidarismo em 1990, sem que houvesse conflitos ou problemas sociais de relevo, ao contrário do que ocorreu em outros países africanos e não só. Isso deve-se, na nossa

⁵³ Cardoso (1986), *idem*, p. 14.

⁵⁴ Sobre o papel de Cabo Verde nesse processo, cf., entre outros, Cardoso (1986), *idem*.

perspectiva, ao facto de Cabo Verde, nas palavras de Davidson, ter-se tornado num «país em paz consigo mesmo»⁵⁵.

1.2.4. «Como se Está, Para Onde se Vai?»

Com base no que temos defendido até agora neste pequeno ensaio, pode afirmar-se que a governação global neoliberal, ao pugnar pela liberalização global dos mercados que mantêm os Estados da periferia mundial numa dependência económica em relação ao centro, acaba por evitar que estes Estados encetem “revoluções políticas” como forma de pôr cobro àquela situação. Isso mostra que o famoso paradoxo de Tocqueville, exposto na sua obra referencial, «O antigo Regime e a Revolução», tem relevância actual na medida em que defende que «não é indo de mal a pior que se cai na revolução como vulgarmente se pensa». No seu entender, «as conjunturas de crescimento económico e as de descompressão política contêm muito mais probabilidades de gerar rupturas políticas do que aquelas onde reinam a estagnação e a repressão»⁵⁶. Segundo Silva, o processo de mudança política em Cabo Verde, nos finais da década de 80 do século XX, constitui «um exemplo histórico do paradoxo de Tocqueville», na medida em que, apesar de o país não estar a passar por uma crise económica significativa, as dinâmicas sociais já auguravam sinais de mudança na configuração estatal, o que veio a acontecer com a abertura política em 1990⁵⁷.

Podemos vislumbrar, então, por que este país africano é um dos que menos tem sofrido até agora com as consequências negativas da governação global neoliberal, mais

⁵⁵ Davidson (1988), *idem*, p. 227.

⁵⁶ Tocqueville, Alexis de (1989); *O Antigo Regime e a Revolução*, Editorial Fragmentos, Lisboa, citado por: Silva; António Leão Correia (1998); “Cabo Verde: Do Estado-Providência (Sem Contribuintes) ao Liberalismo sem Empresários”, *Que Estados, Que Nações em Construção nos Cinco?, Colóquio Internacional*, Fundação Amílcar Cabral, Praia, 1998.

⁵⁷ Silva (1998), *idem*, p. 226.

particularmente da globalização económica neoliberal. O relativo sucesso do Estado cabo-verdiano, por razões já aqui anunciadas, leva a que, em 1990, nos finais dos anos 19(80), conhecido como a década perdida de desenvolvimento para África, Cabo Verde faça «crescer o seu PIB a uma taxa média anual de 6%, ou seja, cerca de duas vezes mais do que a dos Estados do CILSS, seis vezes superior à dos PALOP e, ainda, 12 vezes acima da média continental»⁵⁸. Os resultados das opções políticas de desenvolvimento económico e social traduziram-se, também, numa evolução dos indicadores do desenvolvimento humano superiores aos referidos grupos levando a que, segundo os dados da CNUCED, o nível de vida médio tivesse crescido, em termos reais, 30% no período que compreende o ano de 1989 à 1999. Neste período de 10 anos, o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) passou de 0,428 para 0,688. «No início desse período, Cabo Verde fazia parte do grupo dos países com fraco desenvolvimento humano (índice inferior a 0,50) e a partir de 1999, passa a fazer do grupo de desenvolvimento médio, estando já no primeiro terço desse conjunto de países»⁵⁹. Segundo os dados do PNUD, ao passar «de 114º para 100º em 2002, o IDH em Cabo Verde subiu 61%, posicionando-se no 4º lugar na África Sub-Sariana, logo atrás das Ilhas Seychelles, Ilhas Maurícias e da África do Sul. Alguns dos indicadores endógenos, inclusive, colocam o país num nível alto de desenvolvimento humano»⁶⁰. Isso prende-se

⁵⁸ Silva (1998), *idem*, p. 227.

⁵⁹ *Estado da Nação, 1999*, Assembleia Nacional – Direcção dos Serviços Parlamentares, Praia, Cabo Verde, 2000.

⁶⁰ *Relatório de Desenvolvimento Humano – 2002: Aprofundar a Democracia num Mundo Fragmentado*, PNUD, Trinova Editora, 2003. O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é uma medida de resumo simples de três dimensões do conceito de desenvolvimento humano: viver uma vida longa e saudável, ser instruído e ter um padrão de vida digno. Assim, combina indicadores de esperança de vida, escolarização, alfabetização e rendimento, para permitir uma visão mais alargada de um país do que usando apenas o rendimento – que frequentemente, é equiparado ao bem-estar. Desde a criação do IDH, em 1990, foram desenvolvidos três índices complementares para realçar aspectos particulares do Desenvolvimento Humano; o Índice de Pobreza Humana (IPH), o Índice de Desenvolvimento Ajustado ao Género (IDG) e a Medida de Participação segundo o Género (MPG)”, *idem*, pág. 34. Os dados do Instituto Nacional de Estatística de Cabo Verde também realçam a evolução do IDH do país ao considerarem que «passou de 0,587 em 1990 a 0,670 em 2002, ou seja, um crescimento de cerca de 14% (0,083) no espaço de 12 anos», in *Relatório Nacional de Desenvolvimento Humano – 2003*, Instituto Nacional de Estatística, Praia, 2004.

com o facto de os critérios de catalogação utilizados pela ONU serem insuficientes e limitados levando a que, apesar de o lugar 100º lhe permitir ser considerado um país de desenvolvimento humano médio, Cabo Verde fique em desvantagem em relação a países como Irão, Jordânia, China, Uzbequistão, SriLanka, Kazaquistão, Líbia, México, Cuba, Bielo-Rússia ou Brasil. Exemplo disso é a maior importância atribuída ao Produto Interno Bruto (PIB) que, em Cabo Verde é relativamente mais baixo em relação a estes países, do que o nível do bem-estar dos cidadãos, que nos mesmos é relativamente menor como se infere, por exemplo, da alta taxa de criminalidade, de violência e de desigualdade que apresentam. Aliado a esse factor, é de realçar que neste relatório do PNUD não figuram os dados sobre a percentagem de «vítimas da criminalidade» em Cabo Verde, o que não acontece com os referidos países, reforçando ainda mais o exemplo apresentado.

O aumento do IDH teve como base a infraestruturização e o incremento económico e social do país, mediante a realização de obras públicas (aeroportos, portos, habitação, saneamento, escolas, estabelecimentos de saúde, etc.) que exigiram investimentos avultados, mas que tiveram os seus frutos. Por exemplo, na altura da independência, Cabo Verde tinha uma taxa de analfabetismo que rondava os 70%. Posteriormente, esta taxa caiu violentamente para cerca de 28%, e actualmente ela é de apenas 1%. Tanto neste ponto, como na prossecução de outros objectivos principais como a formação de quadros, o aumento da esperança de vida e a diminuição da mortalidade infantil, o Estado cabo-verdiano encontra-se relativamente acima da média do continente africano, e em particular dos PALOP.

Foi esse estatuto e os resultados apresentados que lhe permitiram ser o único país deste conjunto, e um dos poucos do continente, que não sofreu nenhum programa de ajustamento estrutural (PAE), ou do tipo, durante a década de 80 do século XX. Os

PAE foram implementados essencialmente com a justificação de que visavam pôr cobro à derrapagem das contas públicas dos países-alvo, devido aos problemas políticos, militares e económicos. Contudo, esse controlo teve graves consequências ao nível do desenvolvimento destes países, ao ter como consequência o aumento da pobreza e da marginalidade de um contingente significativo de cidadãos, com uma incidência negativa particular nas camadas sociais mais vulneráveis. No caso de Cabo Verde, como não havia grande derrapagem nas contas públicas, a imposição não teve consequências semelhantes. É de referir, no entanto, que o alargado tecido social do país contribuiu para que as contas públicas não resvassem, o que mostra que a «estabilidade política e social é um invejável capital de que o país dispõe»⁶¹. Nota-se nesse caso, nitidamente, a inadequação das fórmulas receitadas pelas instâncias internacionais (FMI e Banco Mundial) visando um continente inteiro, sem ter conta as especificidades de cada país. Caso Cabo Verde não tivesse um tecido social forte, como foi o caso de outros países, e tendo em consideração os problemas económicos que afectavam o continente e mundo na altura (as consequências dos «choques petrolíferos» e da Guerra Fria), as consequências para o país poderiam ser diferentes, ou seja, catastróficas.

Apesar de até agora ter conseguido passar um pouco ao lado das consequências nefastas da avassaladora globalização económica neoliberal, Cabo Verde enfrenta actualmente alguns perigos que podem comprometer, num ápice, todo o trajecto até agora feito pelo Estado⁶². Como foi referido, a diplomacia pró-activa deste Estado na cena internacional, e a excelente gestão dos recursos da Ajuda Pública ao Desenvolvimento (APD), foram cruciais para o sucesso na prossecução dos objectivos primordiais e para o progresso do país. Não obstante, esse relativo sucesso acaba, paradoxalmente, por penalizar Cabo Verde na medida em que se verifica uma

⁶¹ *Relatório do Desenvolvimento Humano em Cabo Verde -1998*, Praia, 1999.

⁶² *Relatório Nacional de Desenvolvimento Humano – 2003*, idem.

diminuição da APD, sem que o país acabe de construir um modelo de desenvolvimento endógeno e independente dos recursos financeiros provenientes do exterior. Esta diminuição da ajuda externa prende-se com o facto de o país ter transitado do grupo dos PMA (Países Menos Avançados), em 1988, para o grupo de países de rendimento médio, estando actualmente no grupo dos PVD (Países em Vias de Desenvolvimento). Essa saída, justificada pelas instituições internacionais por causa do crescimento real do PIB nominal, conduz a que alguns parceiros internacionais de Cabo Verde mostrem tendência para se afastar, num contexto de diminuição global da ajuda externa e da remessa dos emigrantes. Reagindo a essa disposição, o Estado contraria-a com «o argumento de que a vulnerabilidade é o critério mais justo de avaliação de posições em matéria de cooperação internacional para o desenvolvimento»⁶³.

Efectivamente, o desacordo mostrado por nós até agora com os critérios (universais e normativos) vulgarmente utilizados internacionalmente para rotular os Estados, nomeadamente a rotulação de Estado de “frágil”, “falhado” ou “colapsado”, é plenamente justificado, como se prova pelo caso de Cabo Verde⁶⁴. Apesar de a sua «vulnerabilidade» não derivar de, por exemplo, factores políticos, militares, sociais (vulgo conflitos internos e/ou «étnicos»), isso não impediu que organismos internacionais, como a própria ONU, o tenham colocado na mesma lista que os Estados que enfrentam os referidos problemas ou outros nitidamente distintos, enquanto que, simultaneamente e paradoxalmente, instituições internacionais como o FMI e Banco Mundial o retiram do grupo dos PMA para o colocar nos PVD.

Apesar de Cabo Verde ser um dos Estados politicamente mais estáveis ou relativamente bem sucedidos do seu continente, a sua «vulnerabilidade» tem-se

⁶³ *Estado da Nação, 1999*, idem.

⁶⁴ Para uma análise destes critérios, cf., entre outros, Varela (2005), idem.

traduzido essencialmente na dependência em relação à cooperação internacional e à remessa financeira dos emigrantes. Estes últimos têm uma presença significativa no seio da «nação cabo-verdiana» na medida em que o seu número ultrapassa o dos habitantes existentes no país, e não obstante a maior parte deles já serem, também, cidadãos nacionais de outros países. Podemos ver então que, apesar de Cabo Verde ter sido até agora um aluno exemplar da cooperação internacional, ainda depende muito da conjuntura económica internacional. Na nossa perspectiva, na actual conjunção global, essa dependência deve ser encarada com preocupação porque a diminuição global do APD e da cooperação internacional multilateral segue, de forma não coincidente, o avanço da globalização económica neoliberal.

Como já vimos no presente trabalho, a inserção ou a cooptação da cooperação para o desenvolvimento pelo projecto da governação global neoliberal vem provocando cada vez mais um desinvestimento qualitativo no carácter multilateral da cooperação em detrimento do crescimento de agendas unilaterais de cooperação e de intervenção, ingerência ou interferência, patrocinadas pelos principais rostos da referida globalização, em que os Estados Unidos da América e a União Europeia figuram em primeiro lugar.

A emergência dos primeiros sinais dos efeitos nefastos de uma governação global de configuração neoliberal aconteceu em 1998 quando se estimou que mais de 1/3 da população cabo-verdiana vivia em condições de pobreza, existindo a tendência para um aumento da gravidade da situação devido ao “afastamento” do Estado da economia, no quadro da pressão globalizante do capitalismo neoliberal que “obriga” à inserção de Cabo Verde numa economia mundial com a mesma conformação. Essa retirada do Estado reflectiu-se, por exemplo, «na diminuição do emprego público

(administração e empresas) devido à privatização, como comprovam os dados do Instituto de Emprego e Formação Profissional», no quarto semestre do ano de 1998⁶⁵. Assim, não obstante os dirigentes cabo-verdianos estarem, desde dos finais da década de 80 do século XX, conscientes dos riscos da diminuição dos fluxos do APD, o objectivo de tornar o país auto-suficiente nalgumas áreas essenciais como saúde, educação e alimentação, pode ficar seriamente em causa, caso não se elaborem e adoptem mecanismos endógenos e capazes de enfrentar o espectro da globalização neoliberal excludente que se alastra por todo o planeta. A aposta mais plausível seria o reforço do investimento do país nas potencialidades de organizações regionais como a CEDEAO e a UA, ou de outras como a CPLP (Comunidade de Países de Língua Portuguesa). De facto, a consciência dos riscos leva a que o Estado cabo-verdiano considere a integração regional essencial para o desenvolvimento do país e para o continente em geral. Esta integração passaria por uma participação ainda mais activa na zona da CEDEAO, cujo desenvolvimento vê como sendo prioritário, estando disposto a alterar a política do país em relação à região como forma de aprofundar a integração, na UA e no NEPAD (New Partnership for African Development)⁶⁶.

Contudo, as dificuldades não são poucas tendo em vista a lógica que vai alimentando a integração regional africana. A tendência por parte dos líderes regionais para utilizar o modelo da União Europeia para o caso da CEDEAO é, do nosso ponto de vista, evidência da presença da lógica neoliberal neste processo e, por consequência, completamente errónea para o futuro da região que necessita de soluções endógenas. No que diz respeito à UA, para além de as mesmas críticas, a incipiência dessa organização

⁶⁵ *Relatório de Desenvolvimento Humano em Cabo Verde -1998*, idem.

⁶⁶ “Afrique, Magazine Integration”, *Magazine de L’Union Africaine*, Septembre/Octobre 2002, N° 124 e Fev/March 2002, N° 123. A aposta na vertente regional reflecte-se na importância atribuída à embaixada de Cabo Verde em Dakar (Senegal) com a substituição do antigo embaixador por outro mais experiente em questões regionais.

prova-se pelo facto de o «próprio acto constitutivo da União Africana, apesar de estar em vigor porque foi ratificado por 38 dos 53 Estados, [ainda não ter] a assinatura de 17 países: é caso para perguntar: Onde pára a União?»; e pelas dívidas dos Estados Membros que rondam os 53 milhões de dólares no total⁶⁷. Quanto ao NEPAD, a tese de que se trata de uma iniciativa de propriedade africana, ou seja, uma proposta endógena, deixa muito a desejar tendo em vista que, segundo Dopcke, «esse “Plano Marshall” para África, combina perplexamente, ideias que parecem contraditórias e antagónicas» já que, para explicar «o *malaise* e o subdesenvolvimento africanos, o plano recorre a figuras de raciocínio africanistas e de abordagem da escola da dependência». Mas, «no que concerne aos remédios aceita o discurso globalista liberal, receitando privatizações, mais integração no mercado mundial, atrair capital financeiro e investimentos e a participação do continente na revolução da comunicação e da informação»⁶⁸. Nestas condições, uma aposta na integração regional, por parte de Cabo Verde, como forma de fazer face à diminuição do APD e enfrentar a globalização económica neoliberal, afigura-se muito espinhoso. Em relação à CPLP, as expectativas também não são muito animadoras. Testemunho dessa ideia é a completa marginalização de um dos objectivos da organização que é a procura de uma concertação político-diplomática entre os membros, «como forma de interiorizar o sentido de agrupamento político, principalmente, no âmbito multilateral», e um apelo a que «estes países actuem como um bloco, não obstante as reivindicações particulares, e que estabeleçam pontos comuns de debate e entendimento»⁶⁹. O carácter residual, para não dizer inexistente, dessa concertação, ficou patenteada na intervenção militar no Iraque quando, por exemplo, o Brasil condenou a intervenção defendendo uma solução multilateral no âmbito da ONU

⁶⁷ *Espaço África*, Setembro/Novembro 2003, Nº 29, Ano VII, p. 25.

⁶⁸ Dopcke, Wolfgang (2002); “Há Salvação para África? Thabo Mbeki e o seu New Partnership For African Development”, *Revista Brasileira de Política Internacional*, Instituto Brasileiro de Relações Internacionais, Ano 45, Nº 1, 2002.

⁶⁹ *África Lusófona; Política, Economia e Sociedade*, Ano I, Nº 12, Dezembro/Janeiro 2003.

e o governo português, por seu lado, se posicionou do lado dos interventores, os EUA e a Grã-Bretanha. Caso a CPLP formasse um bloco político real e solidário, poderia ter uma significativa influência internacional e ser um forte contrapeso em relação a temas susceptíveis de prejudicar os seus membros. Face às dificuldades e desafios mencionados, a tradicional ambição do Estado cabo-verdiano de trilhar os seus próprios caminhos afigura-se complicado no futuro. Mas tendo em consideração que, no início da independência, as dificuldades eram muito maiores e foram ultrapassadas, qualquer prognóstico fatalista surge, neste contexto, como uma arrogância intelectual.